



OS DESDOBRAMENTOS GNOSIOLÓGICO, METAFÍSICO E ESTÉTICO DO “PENSAMENTO ÚNICO” DE SCHOPENHAUER

Sidney Abílio Pegado de Freitas¹

Irineu Letenski²

RESUMO: O mundo inteiro com todos os seus objetos e fenômenos, segundo Schopenhauer, nada mais é senão apenas representação, ou seja, algo que possui uma existência relativa, que existe unicamente como objeto em relação a um sujeito. O que confere forma a essa relação é o princípio de razão suficiente, em suas variadas formas, que nos permite sempre perguntar a causa da existência das coisas, isto é, tal princípio nos permite representar os objetos relacionados uns com os outros em uma infinita cadeia causal. Mesmo não sendo nada em si, o mundo efetivo possui uma essência que se esconde por trás de cada fenômeno. Essa essência, ou coisa-em-si na linguagem kantiana, é identificado por Schopenhauer como Vontade, ímpeto cego e irracional de natureza auto discordante. Tudo quanto existe no universo é objetivação dessa Vontade em diversos graus através de formas eternas e imutáveis que Schopenhauer identifica com as Ideias platônicas. A Vontade mesma não pode ser conhecida, mas sim a Ideia, que apesar de não se revestir com as formas *a priori* de espaço e tempo – condições subjetivas do conhecimento – mantém o caráter de ser-objeto para o sujeito (forma mais universal da experiência). Elas podem ser contempladas pelo gênio, aquele que possui a capacidade de intuí-las puramente, na medida em que deixa de ser indivíduo, visto que os indivíduos conhecem apenas o fenômeno sob as formas comuns, e torna-se puro sujeito do conhecimento. A obra de arte é o meio mais eficaz para essa contemplação, pois ela reproduz a Ideia através do belo. Tal contemplação liberta o sujeito da servidão da Vontade e alivia-lhe o sofrimento perpétuo por ela imposto em meio a essa existência absurda, sem sentido e terrível.

PALAVRAS-CHAVE: Princípio de razão; Representação; Vontade; Arte; Schopenhauer.

A Alemanha do século XIX foi berço de mentes de uma envergadura excepcional. A música com Wagner, a literatura com Goethe, apenas para ilustrar alguns nomes. Também na filosofia grandes vultos surgiram nesta época áurea do pensamento alemão. Entre eles

¹ Estudante do curso de teologia pela Pontifícia Universidade Católica do Paraná (PUCPR). Este artigo foi elaborado como requisito para conclusão do curso de Filosofia Eclesiástica da Faculdade São Basílio Magno (FASBAM) e foi orientado pelo Prof. Dr. Irineu Letenski. E-mail: sid.ous77@gmail.com

² Doutor em filosofia pela Pontifícia Universidade Católica do Paraná (PUCPR), professor de filosofia na Faculdade São Basílio Magno (FASBAM) e na Faculdade de Tecnologia de Curitiba (FATEC-PR). E-mail: irineule@gmail.com

encontramos Arthur Schopenhauer (1788-1860). Penetrar no pensamento de um filósofo tão grande e brilhante é, sem dúvida, uma aventura intelectual. Não só porque semelhante leitura nos descortina a coesão e a clareza de um gênio incomum, mas porque também essa leitura nos conduz de certa forma a um autoconhecimento, ou pelo menos, a um autoquestionamento.

Ler Schopenhauer nos leva, de fato, a perguntarmos por aquilo que constitui o mundo, aquilo que dele conhecemos, e o nosso papel em meio a todo um universo de objetos e fenômenos. Seguindo a trilha de outras grandes mentes que certamente moldaram de alguma forma o pensamento ocidental – o divino Platão e o assombroso Kant, nas palavras de Schopenhauer – ora divergindo, ora concordando, Schopenhauer ergueu um sistema filosófico magnífico, um complexo edifício do conhecimento que, desde suas raízes mais profundas até seu cume que tange as alturas, mantém uma surpreendente unidade e inteligibilidade que fazem da leitura de suas obras uma atividade agradável e prazerosa, tanto que o próprio Nietzsche o considera seu único educador.

Nesse sistema há também traços bastante fortes da filosofia hindu e budista, algo novo em toda a filosofia ocidental, pois Schopenhauer é o primeiro a introduzir elementos da cultura oriental, até mesmo místicos, numa doutrina filosófica do Ocidente. Fruto dessa atividade agradável – nossa pesquisa acerca do pensamento schopenhaueriano, mais especificamente dos desdobramentos de seu “pensamento único” sob os aspectos gnosiológico, metafísico e estético – brotou esse trabalho que, certamente não esgota toda a riqueza e profundidade daquele pensamento, mas que, de algum modo, contém reflexos, ora mais nítidos, ora mais confusos, daquela filosofia tão vasta e penetrante.

Propusemo-nos aqui, como dito anteriormente, empreender uma pesquisa a respeito daqueles três aspectos no sistema filosófico de Schopenhauer, mas para tanto, era necessário partir do fundamento por ele lançado para a compreensão de sua doutrina. Tal fundamento é o princípio de razão suficiente que, nada mais é do que a forma de toda experiência possível, que a antecede e condiciona. E mediante a compreensão do referido princípio, descobriremos que o mundo inteiro é apenas representação para o sujeito cognoscente, meramente objeto, sem existência própria, mas unicamente em relação com o sujeito que o intui, segundo as formas de espaço e tempo.

Compreendendo o aspecto do mundo como representação, partiremos para a investigação daquilo que o mundo é para além da mera representação e de forma surpreendente perceberemos que a essência do mundo inteiro, todos os seus objetos e fenômenos, inclusive nós mesmos, nada mais é senão a Vontade, ímpeto cego e irracional,

que discorda e combate a si mesmo, gerando o sofrimento em toda parte – eis o pessimismo schopenhaueriano.

Havendo alcançado a compreensão da essência dos fenômenos, a coisa-em-si kantiana, nos encontraremos aptos para especular mais adiante sobre o que Schopenhauer entende como a função da arte em seu sistema. Para ele a obra de arte, obra do gênio, é uma forma de conhecer não mais os objetos da representação de maneira ordinária, mas sim as Ideias platônicas, formas eternas livres do princípio de razão – tempo e espaço – sob as quais a Vontade se objetiva em diversos graus.

A importância do pensamento de Schopenhauer para o Ocidente extrapola os limites da filosofia. Também sobre as artes desde cedo essa influência foi notada. Atualmente é ainda bastante válida a contribuição dada por esse filósofo alemão. Ler suas obras é uma chave que abre as portas para uma compreensão de um mundo grande e complexo, emaranhado de beleza e brutalidade, caos e ordenamento. Por esse motivo, esse trabalho de pesquisa se desenvolverá na expectativa de conseguir ao menos vislumbrar aquela chave de compreensão do mundo.

1. Sobre o princípio de razão suficiente – um aspecto gnosiológico

Toda a filosofia apresentada por Arthur Schopenhauer, como ele mesmo afirma em seu principal livro, *O Mundo como vontade e como representação* (1819), nada mais é do que o desenvolvimento de um “pensamento único” que pode assumir diversos aspectos, seja gnosiológico, seja metafísico, seja estético, ou mesmo ético, de acordo com a perspectiva pela qual é abordado. Esse pensamento, segundo o autor, seria aquilo que “sempre se procurou sob o nome de filosofia”³. É a partir desse ponto que Schopenhauer constrói um sistema filosófico orgânico que, apesar de conter um único pensamento, é decomposto em partes para sua melhor comunicação e no qual cada parte mantém a unidade tanto entre si como com o todo. A metafísica e estética ocupam um lugar de grande importância nesse sistema schopenhaueriano, como será visto adiante, mas para que se compreenda com precisão a essência do mundo e o papel desempenhado pela arte no pensamento de Schopenhauer faz-se necessário partir do elemento proposta por ele como fundamento de todo seu complexo edifício filosófico.

³ SCHOPENHAUER, Arthur. *O mundo como Vontade e como Representação*. São Paulo: UNESP, 2005, p. 19.

Para erguer seu sistema filosófico, Schopenhauer necessita de um fundamento sólido sobre o qual fixar as verdades elementares apresentadas em *O Mundo como vontade e como representação*: os dois aspectos que constituem o mundo, primeiro como representação e segundo como vontade. Ele encontra esse alicerce no Princípio de razão suficiente, já tão preconizado na filosofia do século XVIII por Leibniz e Christian Wolff. Este último nos diz:

Quando existe algo, por onde se pode compreender porque existe, isto tem uma razão suficiente. Por conseguinte, quando não subsiste alguma razão, não há nada por onde se possa compreender porque algo existe, isto é, porque possa realmente surgir, e então este algo deverá nascer do nada... Mas porque é impossível que do nada possa surgir algo, tudo aquilo que é deverá, então possuir uma razão suficiente pela qual existe, ou, em outras palavras, deverá em todo caso existir algo por onde se possa compreender porque isto que existe pode realmente surgir.⁴

Este alicerce é lançado por Schopenhauer na sua tese doutoral, intitulada *Sobre a Quádrupla raiz do princípio de razão suficiente* (1813). Tal princípio estabelece que para todo efeito exista uma causa correspondente, ou, como prefere Schopenhauer, podemos utilizar a expressão wolffiana do princípio: “Nada existe sem uma razão de ser”⁵. Justamente aqui reside a importância desse princípio tanto para a filosofia quanto para as ciências, pois determinando ele uma relação necessária e constante entre um estado anterior (causa) e outro estado posterior e diferente (efeito), ele “nos autoriza a perguntar em todas as coisas o ‘porquê’, daqui que este ‘porquê’ possa ser considerado a mãe de todas as ciências”⁶.

Schopenhauer pretende demonstrar em seus escritos que o princípio de razão suficiente, além de ser um princípio *a priori*, não pode ser entendido como algo passível apenas de uma única expressão, ou seja, que ele possua apenas uma forma e essa forma deva ser aplicada indistintamente a todo e qualquer caso ao qual se possa aplicar tal princípio. Pelo contrário, “o princípio de razão é suscetível de diversas formas”⁷, mas antes de analisar quais sejam essas formas, Schopenhauer expõe o que é comum a cada forma específica do princípio e que as torne participantes de sua expressão geral:

[...] logo descobrimos que todas as nossas representações, em sua forma ordinária, se nos fazem perceptíveis relacionadas umas com as outras, e que se podem determinar *a priori* no que se refere à forma, segundo o qual nada se apresenta independente e com existência própria, isolado ou separado. Esta conexão é o que expressa o princípio de razão suficiente em sua generalidade⁸.

⁴ WOLFF apud CASSIRER, Ernest. *Storia della filosofia moderna*. Torino: Giulio Einaudi, 1952. V. 2, p. 596.

⁵ WOLFF apud SCHOPENHAUER, Arthur. *La cuádruple raiz del principio de razon suficiente*. Madrid: Librería General de Victoriano Suárez, 1911, p. 9.

⁶ *Ibid.*

⁷ *Ibid.*, p. 28.

⁸ SCHOPENHAUER, Arthur. *La cuádruple raiz del principio de razon suficiente*. Madrid: Librería General de Victoriano Suárez, 1911, p. 28.

Eis, portanto, o elemento comum a todas as formas do princípio de razão suficiente: permitir que os objetos, que são o mesmo que nossas representações, existam para o sujeito de maneira correlacionada, ora determinando, ora sendo determinados uns pelos outros. Essa generalidade já é expressa pela fórmula do princípio adotada por Schopenhauer mencionada anteriormente.

2. O Mundo como representação – um aspecto gnosiológico

Continuando nossa exposição acerca dos aspectos assumidos pela filosofia schopenhaueriana no desdobramento daquele “pensamento único”, partimos agora para a compreensão dos conceitos elaborados pelo filósofo a respeito do mundo, em estreita relação com o conteúdo anteriormente visto, ou seja, com o princípio de razão suficiente.

Já no princípio da obra *O Mundo como vontade e representação*, Schopenhauer expõe sem delongas a primeira das duas teses por ele propostas como verdades em relação ao conceito de mundo.

O mundo é minha representação'. Esta é uma verdade que vale em relação a cada ser que vive e conhece, embora apenas o homem possa trazê-la à consciência refletida e abstrata. E de fato o faz. Então nele aparece a clarividência filosófica⁹.

Ao afirmar que o mundo é representação, o filósofo quer dizer que toda a realidade que nos cerca, a realidade empírica à qual chamamos de mundo, existe apenas em relação a outrem, ou seja, existe apenas como objeto em relação a um sujeito que conhece, ou melhor, que representa. A realidade como representação assume aquelas formas do princípio de razão suficiente abordadas anterior: tempo, espaço e causalidade; formas *a priori* que antecedem e condicionam a experiência. Desse modo, para Schopenhauer essa é a verdade mais clara e certa que pode existir.

No primeiro livro de *O Mundo como vontade e como representação* Schopenhauer considera o mundo apenas na perspectiva de representação, intuição empírica mediante o princípio de razão suficiente em suas quatro formas ou raízes; no segundo livro aborda o mundo enquanto vontade ou coisa-em-si. A partir dessa proposição torna-se claro que, sendo o mundo representação, o que se conhece dele não é a sua essência, ou seja, o que ele é de fato, mas unicamente o conhecemos mediante nossos sentidos. Kant já nos

⁹ SCHOPENHAUER, Arthur. *O mundo como Vontade e como Representação*. São Paulo: UNESP, 2005, p. 43.

alertava na *Crítica da Razão Pura* (1787) que aquilo que conhecemos é apenas fenômeno; a coisa-em-si é para nós sempre desconhecida.

Schopenhauer concorda com essa posição, pois para ele “[...] Torna-se claro e certo que não conhece sol algum e terra alguma, mas sempre um olho que vê um sol, uma mão que toca uma terra”¹⁰. O filósofo nos indica que esta “verdade” não é algo novo para a filosofia Ocidental; ela já estava presente nas considerações céticas de Descartes¹¹ (1596-1650). Porém, Berkeley¹² (1684-1753) foi o primeiro a formulá-la de maneira decidida e com isso prestou um grande serviço à filosofia, embora o restante de sua doutrina, segundo Schopenhauer, não se possa sustentar. Também na filosofia indiana, essa tese já havia sido apresentada há muito tempo. Nos Vedas e nos Puranas, textos sagrados hindus, lê-se que o mundo como o conhecemos é encoberto por um véu que nos impede de conhecê-lo como ele é.

Trata-se de MAIA, o véu da ilusão, que envolve os olhos dos mortais, deixando-lhes ver um mundo do qual não se pode dizer que é nem que não é, pois assemelha-se ao sonho, ou ao reflexo do sol sobre a areia tomada a distância pelo andarilho como água, ou ao pedaço de corda no chão que ele toma como uma serpente¹³.

O sujeito é, pois, aquele que conhece e jamais é conhecido, está presente onde quer que haja conhecimento, ele é “o sustentáculo do mundo, a condição universal e sempre pressuposta de tudo o que aparece, de todo objeto, pois tudo que existe, existe para o sujeito”¹⁴. Sujeito e objeto estão, portanto, em relação necessária, pois um só existe na medida em que exista o outro, não podendo haver o sujeito sem objeto, nem objeto sem sujeito. Em todo ser capaz de produzir representações, ou seja, em todos os corpos animais, o sujeito está presente integralmente, pois ele não pode ser dividido, “[...] cada um encontra-se a si mesmo como esse sujeito [...], somente na medida em que conhece, não na medida em que é objeto do conhecimento”¹⁵. Para não se incorrer em erro, vale salientar aqui que não existe relação de causa e efeito entre sujeito e objeto, como podemos observar na seguinte citação:

¹⁰ SCHOPENHAUER, Arthur. *O mundo como Vontade e como Representação*. São Paulo: UNESP, 2005, p. 43.

¹¹ A filosofia cartesiana exposta no Discurso do Método (1637) já punha em dúvida a existência do mundo como uma realidade em si, pois a dúvida era parte do método de Descartes.

¹² Segundo Berkeley, existir é ser percebido – *esse est percipi*, ou seja, a existência da realidade empírica está vinculada intrinsecamente à sua percepção ou representação.

¹³ SCHOPENHAUER, Arthur. *O mundo como Vontade e como Representação*. São Paulo: UNESP, 2005, p. 49.

¹⁴ *Ibid.*, p. 45.

¹⁵ *Ibid.*

[...] guardemo-nos do grande mal-entendido de que, por ser a intuição intermediada pelo conhecimento da causalidade, existe uma relação de causa e efeito entre sujeito e objeto. Antes, a mesma só tem lugar, sempre, entre o objeto imediato e mediato, sempre, pois, apenas entre objetos¹⁶.

Não pode haver essa relação causal entre sujeito e objeto porque o princípio de razão suficiente é aplicado unicamente a objetos, visto que ele é sua forma básica; entretanto nunca ao sujeito, pois ele não se submete a nenhum princípio de conhecimento, por conseguinte, ele não pode ser conhecido. Como são figuras *a priori*, o tempo e o espaço podem ser representados sem a matéria; já esta não o pode ser sem aqueles, porque “a forma, que lhe é inseparável, pressupõe o ESPAÇO. O fazer-efeito da matéria, no qual consiste toda a sua existência, concerne sempre a uma mudança, portanto, uma determinação do TEMPO”¹⁷. No entanto, tempo e espaço não são apenas pressupostos pela matéria, mas antes a sua própria essência é determinada pela união de tempo e espaço. Se não houvesse uma relação entre essas formas *a priori* do objeto não seria possível de modo algum o aparecimento da matéria, logo, não haveria lei da causalidade, portanto, nem efetividade.

Por ser resultado da união do tempo e do espaço, a matéria porta em si propriedades advindas de ambas as formas, embora essas propriedades possam ser contraditórias. Aquilo que é impossível a cada forma *a priori* isolada, é possível na matéria, pois ela une em si “[...] o fluxo contínuo do tempo com a permanência rígida e imutável do espaço. Quanto à indivisibilidade infinita, ela a possui de ambos”¹⁸. Essa união permite o surgimento da *simultaneidade*, ou seja, da coexistência de inúmeros fenômenos ao mesmo tempo, que é a realidade como um todo. Pois se não houvesse a relação entre tempo e espaço, cada fenômeno se daria isoladamente no tempo, logo, não haveria simultaneidade, pois tudo no tempo é fugaz, não há permanência, portanto não haveria matéria nem efetividade; ou se daria no espaço, onde não há mudança, apenas a permanência fixa e imóvel, logo, também não haveria simultaneidade, portanto, a matéria não existiria nem tampouco a efetividade.

Assim como o objeto geral só existe para o sujeito, cada modo especial de objetos também só existe para uma determinação especial do sujeito que se chama faculdade cognitiva e que tem a função de conhecer cada classe especial de objetos. Deste modo, os conceitos ou representações abstratas que pertencem à segunda classe de objetos para o

¹⁶ *Ibid*, p. 55.

¹⁷ *Ibid*, p. 50.

¹⁸ *Ibid*, p. 51.

sujeito, existem unicamente para a razão, faculdade geradora desse tipo de representações. Da mesma forma, a faculdade cognitiva que produz a intuição é o entendimento. E, portanto, o mundo como representação existe exclusivamente por meio e para o entendimento, faculdade que não é nada além do correlato subjetivo da causalidade.

A função do entendimento é a representação da efetividade como um todo, de acordo com o princípio de razão suficiente do devir ou lei de causalidade, que produz o mundo efetivo para a consciência do sujeito da seguinte forma: a ação de um objeto qualquer (matéria) sobre o objeto imediato do conhecimento (o corpo), causa modificações nos sentidos do corpo, que se chamam sensações. Segundo a lei de causalidade, o entendimento interpreta essas sensações como efeitos de uma causa externa, e cria para si o mundo como representação, a realidade efetiva por inteiro.

Torna-se claro com isso que o conhecimento do mundo efetivo não é algo apenas sensível, embora parta dos dados fornecidos pela sensibilidade dos órgãos sensoriais do organismo animal. Mas a intuição da efetividade é também intelectual, por ser obra da ação do entendimento sobre esses dados sensíveis, que em si mesmos não seriam capazes de criar o mundo efetivo para o sujeito.

Tendo sido exposto e compreendido aqui a perspectiva schopenhaueriana do mundo como representação do sujeito mediante suas propriedades *a priori* de tempo, espaço e causalidade, passemos em seguida a exposição da segunda perspectiva do mundo, o mundo como vontade. Perspectiva essa não mais conhecida pela experiência, mas sentida e vivenciada na existência mesma.

3. O Mundo como vontade – um aspecto metafísico

No primeiro livro de *O Mundo como vontade e como representação*, Schopenhauer trata da representação intuitiva apenas na sua forma geral pela qual o objeto torna-se conhecido para o sujeito, ou seja, sob o prisma daquelas formas *a priori* que possibilitam e condicionam o aparecimento de todo objeto ao sujeito cognoscente (o tempo, o espaço e a causalidade) chamadas de figuras do princípio de razão suficiente. Já no segundo livro da mesma obra, essa perspectiva da efetividade apenas como fenômeno não mais satisfaz o filósofo de Frankfurt. Nesse ponto de sua especulação, Schopenhauer tenta compreender aquilo que está por trás de toda a efetividade, de toda representação, aquilo que é a essência do mundo conhecido. Mas ele decepciona-se com os vários ramos do

conhecimento humano ao não fornecerem essa compreensão do mais íntimo da representação intuitiva, a essência do mundo representado. Schopenhauer afirma que:

Ao dirigirmos nosso olhar para a matemática, para a ciência da natureza, para a filosofia, cada uma delas nos deixa esperançosos por obtermos uma parte do esclarecimento desejado. – Contudo, em primeiro lugar, encontramos a filosofia como monstro de inumeráveis cabeças, cada uma falando sua própria língua.¹⁹

Como podemos perceber, o autor não encontra na filosofia, pelo menos até aquele momento, nenhum indício daquilo que ele chama a verdadeira essência do mundo, apesar de que, embora a filosofia possua muitas cabeças e cada uma fale uma língua diferente, nem todas discordam entre si. Segundo Schopenhauer, a exceção de céticos e idealistas, todas as “cabeças” afirmam que existe um objeto que serve como fundamento para toda representação e que esse objeto seja diferente da representação. O filósofo discorda veementemente dessa opinião, pois para ele, representação e objeto são uma única coisa, já que o ser-representação implica o ser-objeto para o sujeito segundo o princípio de razão suficiente. Da mesma forma a matemática também não oferece o conhecimento do mais profundo da realidade intuitiva, sua essência, pois embora seja um conhecimento válido e certo, aplica-se apenas aos fenômenos.

Portanto, a matemática tange apenas a esfera da representação, não servindo, pois, como via de compreensão da coisa-em-si que se esconde por trás das representações intuitivas, limitando-se apenas na mensuração dos objetos dados ao entendimento uns em relação aos outros. Por fim, Schopenhauer aborda a ciência da natureza e descobre que também ela é incapaz de oferecer a compreensão aqui buscada. Em meio às muitas divisões dessa ciência, o filósofo as apresenta agrupadas em dois ramos: a morfologia e a etiologia. A primeira trata das descrições das inúmeras formas permanentes existentes na efetividade; inclui-se aqui a botânica e a zoologia, entre outras. A segunda trata das leis que regem o aparecimento e desaparecimento de estados da matéria, ou seja, do conhecimento de causa e efeito; pode-se incluir aqui a mecânica, a física, a química e a fisiologia.

Dessa forma nem tampouco a ciência da natureza pode esclarecer qual seja o fundamento das representações intuitivas. Pelo contrário, ao observarmos a natureza, vemos que na verdade existe uma série de *forças naturais* que seguem uma *lei natural*

¹⁹ SCHOPENHAUER, Arthur. *O mundo como Vontade e como Representação*. São Paulo: UNESP, 2005, p. 151.

que são completamente inexplicáveis²⁰; conhecemos sua ação sobre os objetos, mas o porquê de sua existência permanece uma incógnita.

Cabe agora a Schopenhauer buscar outra via de acesso ao conhecimento do mais íntimo dos fenômenos. É necessário afastar-se da representação, ou melhor, penetrar em seu mais profundo recôndito para ali decifrar o enigma do mundo. Pois a partir das representações nós vemos apenas a partir DE FORA e jamais atingimos o INTERIOR das mesmas. Tal busca é possível porque o investigador – cada um de nós – além de ser “puro sujeito do conhecimento (cabeça de anjo alada destituída de corpo)”²¹, está também enraizado neste mundo como representação e aí se torna indivíduo, aquele sustentáculo que condiciona o surgimento do mundo inteiro enquanto representação. E esse conhecimento do mundo é intermediado por um corpo que fornece ao entendimento, por meio das afecções sensíveis, aqueles dados primários com os quais o entendimento elabora a representação intuitiva.

O corpo é, sem dúvida, uma representação para o sujeito puro do conhecimento, um objeto em meio a objetos e submetido às suas leis. Mas por ser objeto imediato, o corpo nos é conhecido de uma maneira diferente dos demais objetos, pois destes só nos é permitido conhecer unicamente as mudanças que sofrem e provocam segundo a lei da causalidade e não sua significação mais profunda. Porém, através do corpo podemos mergulhar no mecanismo mais íntimo de nossas ações e movimentos, pois aqui podemos conhecer imediatamente a causalidade vista a partir de seu interior, não apenas como causa e efeito, mas como motivação.

É, portanto, a vontade que se esconde por trás de cada representação como seu fundamento, ou seja, todos os objetos são exteriorizações da vontade. E esse conhecimento só pode ser alcançado mediante o corpo do indivíduo, que é ao mesmo tempo sujeito cognoscente e objeto de representação. O corpo e a vontade são, portanto, uma única e mesma coisa, ou seja, há uma perfeita identidade entre ambos; o que os diferencia é apenas o modo como se nos tornam conhecidos; ora mediatamente como representação para o entendimento, ora imediatamente como vontade. Logo, cada ação ou movimento do corpo é também ação e movimento da vontade, ou de outro modo, como

²⁰ Como exemplo de tais forças, Schopenhauer apresenta a força gravidade, as forças de atração e repulsão magnética, o crescimento das plantas e dos animais, etc.

²¹ SCHOPENHAUER, Arthur. *O mundo como Vontade e como Representação*. São Paulo: UNESP, 2005, p. 156.

diz Schopenhauer, “a ação do corpo nada mais é senão o ato da vontade objetivado, isto é, que aparece na intuição”²².

Como afirma Janaway na sua análise da filosofia schopenhaueriana:

O relato [...] dos atos da vontade é antidualista. Um dualista sustentaria que o reino mental e o reino corporal diferem um do outro, o querer (a volição) foi um evento do mundo mental, enquanto o movimento do corpo foi algo distinto que ocorreu no reino físico. Schopenhauer nega isso²³.

Logo, o querer e o agir são indistintos entre si, pelo menos na efetividade, pois todo querer da vontade se traduz por ação do corpo necessária e imediatamente. E toda ação sobre o corpo é ação sobre a vontade, e se denomina dor quando lhe é contrária, e prazer quando lhe é conforme. Não existe aqui um dualismo entre corpo e vontade.

Tendo encontrado aquilo que está por trás de nossas ações e movimentos, ou seja, de nossos corpos, Schopenhauer questiona-se, em seguida, sobre os demais objetos do mundo físico. O que seriam eles além de meras representações para o sujeito cognoscente? Conhecemos nosso corpo de maneira dupla, embora essas duas maneiras sejam apenas formas diferentes do mesmo conhecimento, a representação do corpo e a vontade. Por analogia, o filósofo aplica também essa dupla forma de ser aos demais objetos da efetividade.

Os corpos do mundo físico, além de serem representações intuitivas do sujeito, são também, portanto, exteriorizações da mesma vontade que se manifesta nos corpos humanos e animais, ou seja, todos os fenômenos extracorpóreos são objetivações da vontade assim como também o são aqueles fenômenos corpóreos, embora aqueles fenômenos nos sejam conhecidos imediatamente e apenas como representação. Schopenhauer utiliza aqui o termo vontade porque é justamente esse termo que mais se ajusta àquilo ao qual se chama essência do mundo, pois é na vontade humana que essa essência atinge seu grau mais elevado de objetivação.

De todas as formas de exteriorizações da vontade presentes nos mais variados fenômenos, é na vontade humana que reside o grau mais elevado e perfeito dessa exteriorização, e por isso, o filósofo utiliza esse termo para designar a essência do mundo como um todo. Mas não se deve cair no erro de atribuir a toda a natureza uma vontade da mesma forma que se manifesta no ser humano, um querer acompanhado de conhecimento, um agir por motivos. A esse respeito, Janaway nos alerta que “[...] é-nos

²² SCHOPENHAUER, Arthur. *O mundo como Vontade e como Representação*. São Paulo: UNESP, 2005, p. 157.

²³ JANAWAY, Christopher. *Schopenhauer*. São Paulo: Loyola, 2003, p. 48.

vedado transferir ‘vontade’, de maneira simplista, das ações humanas para toda a natureza. ‘Vontade’ serve apenas como o termo mais conveniente à falta de outro qualquer”²⁴. Aquilo a que chamamos vontade no ser humano é apenas um fenômeno da vontade, uma objetivação da vontade como coisa-em-si.

Deve, pois, ficar claro também que entre a vontade e a representação não existe relação de causa e efeito segundo o princípio de razão suficiente; esta tendo lugar unicamente entre representações, ou seja, entre objetos. Assim sendo, a vontade permanece algo sem fundamento, coisa da qual não se pode perguntar o porquê, apenas os atos isolados da vontade que se manifestam em fenômenos do corpo são dados a conhecer como figuras da quarta raiz do princípio de razão suficiente, ou seja, o sujeito da volição em sua lei de motivação. Eis, portanto, a chave de interpretação para o mais íntimo dos fenômenos, tanto do corpo quanto da efetividade: reconhecer na vontade o fundamento sem-fundamento de todo o mundo como representação.

Schopenhauer reconhece na Vontade a coisa-em-si kantiana, aquilo que existe por si mesmo, que não está submetida ao princípio de razão suficiente em suas formas, por isso não pode ser jamais conhecida como um simples objeto, ou seja, não pode tornar-se representação. Todo fenômeno do mundo físico não é outra coisa senão a Vontade manifestando-se, ou como utiliza o filósofo, exteriorizando-se, aparecendo para o sujeito que conhece sob a forma de objeto nos mais variados modos, desde os corpos inorgânicos até a volição humana. Ela é o ímpeto cego²⁵ que determina todas as coisas sem ser determinado por nada.

A Vontade é una, indivisa e homogênea. A ela não se aplicam as formas *a priori* das figuras do princípio de razão suficiente, tempo espaço e causalidade, logo, não lhe cabe a pluralidade, característica apenas da efetividade em meio aos seus inúmeros fenômenos que se diferenciam no tempo e no espaço como suas objetivações. Sendo assim, não podendo ser dividida, a Vontade se faz presente tanto em um carvalho quanto em um milhão deles, está presente na mesma proporção tanto na pedra quanto no ser humano. O que se diferencia aqui é apenas o grau de conhecimento, que nos corpos inorgânicos é inexistente, mas que no homem alcança o ápice. A Vontade permanece intacta, inalterável. Apenas se manifestando como pluralidade, segundo o tempo e o espaço, mas

²⁴ JANAWAY, Christopher. *Schopenhauer*. São Paulo: Loyola, 2003, p. 50.

²⁵ Este é o ponto irracional da filosofia schopenhaueriana, que apresenta o fundamento do mundo não mais como sendo a razão, como era a base da tradição filosófica ocidental até então, mas esse fundamento é lançado na vontade cega e sem-fundamento.

objetivando-se segundo uma forma fixa, ou um protótipo permanente. Aqui Schopenhauer aproxima-se do “divino Platão”. As formas que a Vontade assume no seu aparecer ao sujeito sob o manto da representação, são, portanto, as Ideias eternas apresentadas por Platão como sendo o mundo das coisas em si, aquelas formas fixas e imutáveis. Schopenhauer toma as Ideias platônicas no seu sentido exato.

A matéria é finita, pois, não pode ser criada nem destruída, sendo apenas modificada segundo a lei de causalidade, ou seja, a ação de um objeto sobre outro. Portanto, as Ideias, para alcançarem sua objetivação como fenômeno, precisam necessariamente disputar por essa matéria. Surge aqui a natureza auto discordante da Vontade, pois ela disputa consigo mesma a posse da matéria pela qual deverá se exteriorizar como representação. As Ideias se apossam da matéria por meio da ASSIMILAÇÃO POR DOMINAÇÃO, o que nos deixa claro que para que isso ocorra é necessário uma luta, pois como diz Schopenhauer “não há vitória sem luta”²⁶. Existir é, portanto, estar em meio a uma grande guerra onde combatemos permanentemente por fazer manifestar a própria Ideia, ou seja, cada representação intuitiva deseja permanentemente objetivar sua forma fixa, perpetuá-la na natureza.

Assim, todos os graus de objetivação da Vontade estão em perene disputa pela matéria através da qual se tornarão representação. Como diz Schopenhauer, “a Vontade de vida crava continuamente os dentes na própria carne e em diferentes figuras é seu próprio alimento”. Essa guerra se dá de maneira mais evidente no reino animal, e atinge seu cume no ser humano, quando ele se torna lobo do próprio homem – *homo homini lupus*, como diria Hobbes. Essa guerra constante gera o sofrimento em toda a natureza, mas é maior no ser humano, pois nele ela alcança a reflexão, torna-se conhecida. O homem encontra-se em meio de um mundo para o qual não existe uma razão, onde a discórdia é a natureza das coisas. Eis o pessimismo schopenhaueriano. O bálsamo para esse sofrimento é encontrado na contemplação das Ideias fixas, objetivações da Vontade, mediante a obra de arte, obra do Gênio.

4. A função da arte: contemplação das Ideias – um aspecto estético

Após ter considerado o mundo sob o aspecto da coisa-em-si, ou seja, da essência das representações intuitivas, portanto do mundo inteiro como representação, a qual

²⁶ SCHOPENHAUER, Arthur. *O mundo como Vontade e como Representação*. São Paulo: UNESP, 2005, p. 210.

identificamos como Vontade, podemos prosseguir em nossa análise da filosofia schopenhaueriana acerca da sua compreensão da arte.

Tornou-se claro que a Vontade se objetiva em diversos graus através das Ideias de Platão, arquétipos fixos, imutáveis e eternos, isto é, todo fenômeno do mundo como representação é objetividade da Vontade que se tornou conhecida ao indivíduo mediante as formas do princípio de razão suficiente; tais fenômenos se dão no tempo, no espaço e na causalidade como pluralidade daquelas formas eternas de exteriorização da Vontade, as Ideias platônicas, das quais os objetos são apenas cópias imperfeitas. Podemos perceber essa compreensão de Schopenhauer na seguinte citação:

As Idéias, diferentemente de sua pluralização, os fenômenos, são representações independentes do princípio de razão, e, semelhantes à Vontade, são unas, atemporais e alheias ao espaço e à causalidade. Elas, em realidade, fazem a *intermediação* entre o em-si e o fenômeno. São a própria coisa-em-si, apenas na forma mais geral da representação, o ser-objeto para um sujeito²⁷.

As Ideias são, portanto, objetos que se dão ao sujeito, mas não sob as formas do princípio de razão, residindo num campo intermediário entre a pura Vontade, pura coisa-em-si, e a representação sob as formas de espaço e tempo. O que o indivíduo conhece e pode conhecer é unicamente o fenômeno, a representação, como já vimos anteriormente; a Vontade permanece intocável aos dedos do conhecimento, pois esta não assume o caráter de objeto sob o manto daquelas formas subjetivas e *a priori* do conhecimento. Mas aqui Schopenhauer dá um passo adiante em relação ao conhecimento não da coisa-em-si, a Vontade, mas das Ideias, sua forma mais adequada de objetivação, através de sua contemplação pela supressão da individualidade, isto é, para que seja possível a contemplação das formas eternas de objetivação da Vontade, o sujeito tem necessariamente que deixar de ser indivíduo.

Assim sendo, o sujeito deve deixar de conhecer os objetos particulares em sua forma de espaço e tempo, e tornar-se puro sujeito do conhecimento e dessa forma, intuir puramente ou contemplar as Ideias apenas sob a forma geral de objeto para o sujeito, sem pluralidade, mas una e perene. O conhecimento dos objetos, via princípio de razão, está “a serviço” da Vontade, posto que é conhecimento das objetivações da mesma Vontade em seus diversos graus. É este princípio que põe o corpo (objeto imediato) em relação com os demais objetos da efetividade; e o que conhecemos é justamente essa relação entre os inumeráveis objetos da representação em sua maior ou menor proximidade com a

²⁷ BARBOZA, Jair. *Schopenhauer*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003, p. 35.

Vontade. Schopenhauer expressa essa relação de servidão do conhecimento frente à Vontade quando afirma (Op. cit. 2005, p. 245): “O conhecimento, portanto, via de regra sempre permanece a serviço da Vontade, tendo de fato surgido para o seu serviço. Ele, por assim dizer, brotou da Vontade como a cabeça do tronco”. É apenas quando o conhecimento se liberta dessa escravidão que o indivíduo deixa de ser indivíduo e se torna puro sujeito do conhecimento, podendo assim contemplar as Ideias de modo livre das formas do fenômeno comum. Mas essa transição da forma de intuir os objetos não é comum, mas é antes uma exceção, ocorrendo raramente, como veremos mais adiante.

Nessa forma de apreensão do objeto, ou seja, da Ideia, não se fala mais em conhecimento, mas sim de contemplação, uma forma superior àquela mediada pelo princípio de razão e se refere aos simples fenômenos da pluralidade. Uma vez livre das formas da representação, o espírito humano eleva-se do conhecimento comum e pode aí contemplar as eternas formas da objetividade da Vontade. Isso pode dar-se de muitas maneiras: tanto na contemplação da natureza quanto das obras da criação humana. Aí o indivíduo se perde, mergulha em sua contemplação e torna-se puro sujeito, não mais havendo distinção entre ele e o objeto de sua contemplação, aquilo que intui imediatamente; não sendo mais servil à Vontade, logo se torna livre do sofrimento por ela imposto.

Essa equiparação entre o puro sujeito cognoscente e o objeto – as Ideias intuídas imediatamente – é o que constitui de fato o mundo como representação, na sua mais perfeita expressão, pois a Ideia é a objetividade mais adequada da Vontade; ela com o sujeito completam o mundo inteiro como representação. Os fenômenos da pluralidade são apenas as Ideias turvadas pelas formas subjetivas *a priori* do conhecimento: tempo e espaço. Por conseguinte, Schopenhauer pergunta-se de que modo se pode atingir essa forma de intuição na qual se contempla as Ideias. Como já foi dito anteriormente, as ciências em geral apenas compreendem os fenômenos, não as formas eternas da Ideia.

A arte é, portanto, o modo de conhecer as Ideias imediatamente, ou seja, é por meio dela que alcançamos a contemplação daquelas formas permanentes, o essencial dos fenômenos, livres das formas do princípio de razão. Essa é a função da obra de arte na filosofia schopenhaueriana: sua origem é o conhecer as Ideias e sua finalidade é a comunicação desse conhecimento. A obra de arte não pode ser qualquer obra, mas exclusivamente aquela que é fruto da intuição imediata, da contemplação das Ideias eternas, ou seja, é obra do gênio. Por isso, Schopenhauer diz que essa forma de apreensão é uma forma excepcional, visto que:

A essência do GÊNIO consiste justamente na capacidade preponderante para tal contemplação. Ora, visto que só o gênio é capaz de um esquecimento completo da própria pessoa e de suas relações, segue-se que a GENIALIDADE nada é senão a OBJETIDADE mais perfeita [...]²⁸.

O gênio é aquele que conhece não apenas os objetos, mas que é capaz de captar deles aqueles arquétipos originais escondidos por baixo de cada fenômeno e assim os transmitir em sua obra, que nada mais é senão a própria Ideia objetivada. Tal contemplação não se dá apenas por um instante, mas ao contrário, é duradoura. Dura o suficiente para que o gênio possa apreender a Ideia e reproduzi-la em sua obra com clareza e nitidez. O portador da genialidade tem como que uma “medida extra” da faculdade de conhecer, que ultrapassa aquela que a Vontade exige do simples indivíduo. Essa medida extra é livre para tornar-se puro sujeito do conhecimento e intuir imediatamente as Ideias. A genialidade, portanto, traz consigo um caráter muitas vezes irrequieto, por não se contentar com a simples intuição dos objetos, os fenômenos corriqueiros, mas, ao contrário do indivíduo comum, é na contemplação das essências que o gênio encontra o seu prazer e sua satisfação. O homem comum detém-se apenas naquilo que lhe interessa, ou seja, está subordinado àquilo que interessa à Vontade. O gênio contempla desinteressadamente.

Schopenhauer aproxima a genialidade da loucura, visto que o gênio não conhece somente segundo as formas do princípio de razão, mas possui um olhar irracional – livre das formas da razão – com o qual pode contemplar as Ideias. Loucura aqui podemos entender como uma característica do indivíduo (o gênio) que contemplou as Ideias, não por meio da razão, pois ela não dispõe desse poder, mas da pura intuição. Logo, entre a genialidade e a loucura existe apenas uma tênue linha divisória.

A genialidade deve estar presente em todos os seres humanos, embora em graus variados, pois não existe um homem incapaz de fruir uma obra de arte, mesmo que seja incapaz de produzi-la. Portanto, todos possuem aquela faculdade de conceber as Ideias em seus fenômenos, de despir-se por um instante de sua individualidade. O gênio é aquele que possui tal faculdade em seu grau mais elevado e pode assim comunicá-lo ao homem comum por meio da arte, como nos afirma Lefranc:

É sobretudo pela obra de arte que o gênio pode comunicar ao homem ordinário, não genial, um conhecimento das Ideias que, considerado em si mesmo, não tem nada de artístico. Define-se o gênio por sua capacidade de conhecimento metafísico, e não pelo meio mais privilegiado que utiliza para transmiti-lo²⁹.

²⁸ SCHOPENHAUER, Arthur. *O mundo como Vontade e como Representação*. São Paulo: UNESP, 2005, p. 254.

²⁹ LEFRANC, Jean. *Compreender Schopenhauer*, 2. ed. Petrópolis-RJ: Vozes, 2005, p. 187.

A grandiosidade do gênio está, portanto, na contemplação metafísica da qual é capaz, não em sua obra mesma. O gênio está no conhecer e não no seu fazer. A obra de arte em si é, sem dúvida, um meio de facilitação para o conhecimento intuitivo puro das Ideias, mas é sempre meio e nunca um fim em si, embora haja outras formas para a contemplação, como por exemplo, o da natureza. Mas tanto num como noutro modo, a satisfação advinda da fruição é sempre a mesma, visto que é sempre a essência que é apreendida pela contemplação das Ideias, a mesma objetivação da Vontade, livre das formas do conhecer ordinário. Acontece, pois, que esta satisfação pela contemplação do belo não é perene, pois sempre voltamos a desejar uma nova contemplação.

A contemplação do belo é, pois, como uma esmola que nos é lançada para suprir nossas necessidades de hoje, mas que não nos poupa dos sofrimentos de amanhã. O sujeito volitivo sempre está preso ao desejo, portanto, à carência e ao sofrimento; condenado a estar preso à roda de Íxion³⁰. O querer é a perdição da raça humana e ela só encontra um alívio quando cada um perde sua individualidade e se torna puro sujeito cognoscente e contempla com isso as Ideias através do belo. O belo, para Schopenhauer, é identificado em diversos níveis, de acordo com o grau de objetivação que possui da Vontade. E cada nível do belo afeta o sujeito de maneiras distintas.

Certamente as obras arquitetônicas são, como todos os objetos, exteriorizações da Vontade, das Ideias. Mas nelas as Ideias não se encontram em um grau de objetivação mais elevado, desse modo, a contemplação de tais obras ainda contem em si certa vinculação com a Vontade, ou seja, ainda está ao seu serviço mediante o interesse que o indivíduo tem ao contemplar a obra arquitetônica, isto é, sua utilidade prática. O drama, ao contrário, alcança o mais perfeito grau de objetivação das Ideias nas belas artes. Em sua contemplação não há nenhum vínculo com a Vontade, o sujeito puro o contempla livremente, sem as amarras que o atam ao interesse – este servo da Vontade. A pintura de paisagens e animais e também a escultura revelam um grau mais elevado de objetivação da Vontade, manifestando, portanto, um caráter superior de arte em relação à arquitetura. Em uma pintura ou escultura “o leão, o lobo, o cavalo, o carneiro, o touro mais característico é sempre o mais belo”³¹, justamente por expressar da melhor forma a Ideia de suas espécies.

³⁰Na mitologia grega, Íxion foi condenado por Zeus a girar eternamente preso por serpentes a uma roda em chamas, por haver desejado um relacionamento afetivo com Hera, sua esposa.

³¹ SCHOPENHAUER, Arthur. *O mundo como Vontade e como Representação*. São Paulo: UNESP, 2005, p. 295.

A Vontade atinge seu grau mais perfeito no homem, por isso, é por meio da contemplação da beleza humana que de forma mais rápida e mais eficaz o indivíduo se torna puro sujeito e perde-se nessa fruição. A escultura da figura humana é o meio mais rápido de conduzir à contemplação da Ideia de homem, grau mais elevado de objetivação da Vontade. Tal contemplação produz no sujeito a plena libertação dos sofrimentos da existência, embora momentaneamente, e permite a desindividualização. Já a arte da poesia pode tratar de absolutamente qualquer objeto, pois nela são utilizados os conceitos, representações abstratas que, embora não possam ser intuídas puramente, têm a capacidade de despertar a fantasia do leitor, e daí sua fruição estética.

Portanto, mesmo não produzindo diretamente a contemplação das Ideias, a poesia é capaz de conduzir a ela indiretamente, mediante o estímulo da fantasia pelo uso da linguagem, com a qual o sujeito capta as Ideias contidas nos conceitos expressos em um poema.

Um lugar de grande destaque e importância é ocupado pela música na hierarquia das belas artes para Schopenhauer. As demais artes são a representação das Ideias, objetividades da Vontade; a música por sua vez, é como uma expressão da própria Vontade, e por isso, a música é abordada à parte das demais artes, tal é o seu poder de expressão dos movimentos da Vontade. Enquanto a contemplação das outras formas de arte nos oferece a Ideia por elas manifestadas, a música nos oferece a própria Vontade, não ao conhecimento, mas à intuição pura, à contemplação. Se a Vontade se exprime através de suas exteriorizações nos fenômenos, portanto no mundo inteiro, ela também se exterioriza através da música. Essa é, portanto, a função da arte na filosofia de Schopenhauer, oferecer ao sujeito a contemplação das Ideias, a fruição estética livre das formas do conhecimento, livre dos sofrimentos impostos pela Vontade.

Conclusão

Diante dos sofrimentos impostos por uma existência fundamentada em algo sem fundamento, sem uma razão que nos permita compreender o porquê de nossa existência, em meio às disputas da natureza auto discordante da Vontade, a arte apresenta-se como um bálsamo, um alívio em meio às dores da vida. A fruição estética nos retira dos braços da Vontade, da qual somos escravos, e nos coloca em uma posição de puros sujeitos, libertos do conhecimento interessado.

É através da arte que o ser humano obtém um lenitivo para esse sofrimento, pois a contemplação do belo leva-o a perder-se, ou seja, a perder sua individualidade, com a qual conhece somente objetos, e o leva a contemplar a Ideia por trás dos fenômenos, a intuí-la puramente, de modo livre das formas racionais do conhecer (princípio de razão) e assim se desvincular da Vontade. O gênio é aquele que tem a capacidade de intuir as Ideias em um grau mais elevado e assim transmiti-la por meio de sua obra de arte.

Essa é a visão da estética schopenhaueriana, que galgou uma grande influência em muitos artistas de todas as épocas, desde sua apresentação em *O Mundo como vontade e representação* e em outras obras de Schopenhauer, pois viam nessa visão a arte como forma superior de conhecimento em relação à razão e sua forma do conhecer. Ainda hoje é notória e poderosa a influência desse filósofo sobre as mentes mais agudas, de modo que o estudo de sua filosofia constitui sempre um ponto atual do pensamento ocidental.

Referências

BARBOZA, J. *Schopenhauer*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003.

CASSIRER, E. *Storia della filosofia moderna*. Tradução de Angelo Pasquinelli. Torino: Giulio Einaudi, 1952. V 2.

JANAWAY, C. *Schopenhauer*. Tradução de Adail Ubirajara Sobral. São Paulo: Loyola, 2003.

LEFRANC, J. *Compreender Schopenhauer*. 2. ed. Tradução de Ephraim Ferreira Alves. Petrópolis-RJ: Vozes, 2005.

SCHOPENHAUER, A. *O mundo como Vontade e como Representação*. Tradução de Jair Barboza. São Paulo: UNESP, 2005.

SCHOPENHAUER, A. *La cuádruple raíz del principio de razon suficiente*. Tradução de Eduardo Overejo e Maury. Madrid: Librería General de Victoriano Suárez, 1911.